

# Cultura e Desenvolvimento Local<sup>1</sup>

Bartolomeu L. Varela  
Professor Universitário  
bartolomeuv@gmail.com

## 1. Contextualização

Esta palestra, organizada pela Câmara Municipal de São Domingos, não poderia ter lugar em melhor ocasião. Com efeito, ela realiza-se no *Dia Nacional da Cultura e das Comunidades*, 18 de Outubro, aprovado pela Lei nº 9/VIII/2011, de 29 de Dezembro, sucedendo ao *Dia Nacional da Cultura* que havia sido criado, na mesma data, pela Lei nº 71/VI/2005,

A escolha da data para tal efeméride não foi feita ao acaso, constituindo fundamento para tal o facto de a data marcar o aniversário do poeta Eugénio Tavares, que nasceu, precisamente, no dia 18 de Outubro de 1867. A alteração do dia do evento é explicada, nestes termos, pelo então Primeiro-Ministro:

”A opção por juntar essas duas comemorações, a Cultura e as Comunidades tem o propósito, de afirmar, oficialmente, a vocação universal do povo cabo-verdiano, enquanto um povo, ele mesmo resultante de um cruzamento de culturas e povos, sendo as nossas comunidades um pilar de encontro das culturas, que inclui para além da nossa diáspora, os estrangeiros que convivem com as nossas comunidades e a nossa cultura.

“Incluimos aqueles que sentem a cultura como referência, e Cabo Verde como sua marca, independentemente de dominar ou não as suas expressões. Cabo Verde é um produto de tradições diversas e vivas e de um conjunto de valores culturais tangíveis e intangíveis, que compõem juntas, no nosso imaginário e o nosso modo de viver, uma identidade cultural cabo-verdiana”,

Como ainda assinalava o mesmo governante, Eugénio Tavares, patrono do Dia Nacional da Cultura e das Comunidades, representava muito bem esse ideário, como cabo-verdiano, como emigrante, ele que, tendo nascido espanhol, não foi propriamente “o mais cabo-verdiano dos cabo-verdianos” (como enfatizou o então Chefe de Governo), mas, seguramente (dizemos nós), um dos mais ilustres e assumidos cabo-verdianos.

---

<sup>1</sup> Texto que serviu de base à conferência alusiva ao Dia Nacional da Cultura e da Comunidades, proferida pelo autor no dia 18.10.2017, na cidade de Várzea da Igreja, a convite de Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de São Domingos (Ilha de Santiago, Cabo Verde).

Ao explicar a alteração do nome da efeméride, dizia ainda Neves:

“Partilhamos a nossa cultura com aqueles que em Cabo Verde vivem (...) Com isso, libertamos a Cultura da condição de ligações e passaportes, cidadania ou nacionalidade documentadas e entregamo-la à condição de identidade em si, que é a força se ser e estar crioulo”

A data em que se realiza este ato é particularmente simbólica, pois Cabo Verde comemora o 150º aniversário do aniversário de Eugénio Tavares, destacado homem da cultura e figura de relevo da ilha da Brava e de Cabo Verde em geral. Eugénio Tavares foi um dos mais brilhantes intelectuais cabo-verdianos da sua época. Além do seu desempenho no professorado e nas finanças, foi um exímio jornalista, que se destacou na defesa dos interesses de Cabo Verde e dos cabo-verdianos. É, entretanto, na poesia e na música, com destaque para a morna, que este intelectual e autodidata mais se afirmou, deixando um legado que contribui para engradecer o património cultural de Cabo Verde.

Não vamos, porém, deter-nos na análise da valiosa obra de Eugénio Tavares, objeto de investigação jornalística (particularmente pelo jornal *Artiletra*) e por outros académicos. Antes, porém, de falarmos sobre o tema da palestra, importa que façamos uma breve referência ao significado e à relevância da data, quer para a Nação Cabo-verdiana, em geral, quer para o concelho de São Domingos, em particular.

Após o seu achamento, em 1460, por marinheiros portugueses, segundo a tese oficial, Cabo Verde foi povoado pela Coroa Portuguesa, a partir de 1462, tendo sido palco de encontro de povos, ou, se se preferir, de indivíduos e grupos pertencentes a povos de diferentes latitudes e culturas, tendo, desse encontro, resultado nação cabo-verdiana, ou seja, uma comunidade humana caracterizada por um conjunto de traços identitários, de entre os quais, o crioulo cabo-verdiano (que se constitui, essencialmente, a partir de recursos linguísticos do Português dos séculos XV a XVII e de línguas africanas), as criações e expressões musicais, artísticas, literárias e gastronómicas, os hábitos e tradições, etc., formando-se, assim, a cultura cabo-verdiana, com as suas especificidades e os seus traços de união com outras culturas.

A cultura cabo-verdiana, que é uma realidade plural e dinâmica e, como tal, em processo de evolução, a partir dos seus traços identitários mais simbólicos, graças à capacidade criadora da nação crioula e ao génio inovador dos seus agentes culturais, é, neste dia, evocada, para salientar a importância da cultura na formação e no desenvolvimento da

cabo-verdianidade, vincando o modo peculiar como cabo-verdianos, dispersos pelas ilhas e pela diáspora, expressam a sua maneira de ser, estar, agir, diferir e, em suma, viver.

Neste dia, a cultura cabo-verdiana é, particularmente, evocada para lembrar, saudar e agradecer a todos os agentes culturais, desde os mais mediatizados aos agentes e criadores anónimos que dificilmente fazem parte da agenda mediática, sem esquecer aquelas e aqueles que, embora fisicamente ausentes do mundo dos vivos, permanecem vivos na memória coletiva porque, “por obras valorosas se vão da lei da morte libertando” (Camões, *Lusíadas*, 1500).

Certa vez, dizia eu a um académico amigo que *se Cabo Verde respira cultura em todos os recantos, S. Domingos respira música por todos os poros*, possivelmente com algum exagero de *sandomiguense*, que prezo ser. No entanto, nem só de música se faz a cultura em S. Domingos.

Além da música e da dança, nos diversos géneros tradicionais, incluindo a morna, a coladeira, o batuco e o funaná, pude testemunhar e, por vezes, participar, na realização, neste nosso torrão, de desfiles de tabanca, espetáculos de teatro, festas de família agrária e muitas manifestações culturais de natureza religiosa e profana. A cultura faz parte da mundividência (ou “*mundivivência*”) cabo-verdiana, em particular, da *mundivivência* sandomiguense, acompanhando-nos desde o nascimento, em particular, no “dia de sete” até à passagem para o outro mundo, tanto através do “choro” dos enlutados ao “acompanhamento musical” do grupo musical de Pascoal e confrades.

Mas centremo-nos no tema da Palestra com uma breve reflexão sobre o papel da cultura no processo de desenvolvimento local

## **2. Conceito de Cultura**

No seu *Abecedário Simbiótico*, Adelino Maltez (2011) desafia-nos a ver a cultura como: “Tudo aquilo que o Homem acrescenta ou cultiva sobre o naturalístico”; “Herança ou o património artístico e científico de uma determinada comunidade ou sociedade”; Conjunto de “ideias, expectativas, atitudes e crenças geradas pela interação dos indivíduos sobre as suas atividades comuns”; Uma “combinação intergeracional de informação que vai além da transmissão da informação genética, apresentando-se como a comunicação que se incorpora

em artefactos materiais (o património físico, como os livros, os edifícios ou as obras de arte), formas de comportamento (canções, rituais, instituições) ou sistemas de distinções (classificações, histórias, conhecimento codificado em símbolos, ideias ou crenças”.

Ainda segundo o autor, “a cultura revela as respostas individuais e coletivas que são dadas às condições ambientais que desafiam o grupo, pelo que o respetivo conteúdo é continuamente sujeito a processos evolutivos”<sup>2</sup>.

A cultura, enquanto conjunto de representações, valores, normas coletivas, funciona como um “sistema de modelos de práticas”, como “esquemas organizadores de ações sociais”, no sentido de ser “um patrimônio específico de modos de fazer, mantido por uma ética e valorizado em função de um ‘projeto’ de sociedade com contornos mais ou menos definidos” (HOUTART; LEMERCINIER, 1987: 175)<sup>3</sup>.

Como assinalava Amílcar Cabral, “as coordenadas da cultura, tal como as de qualquer fenómeno em desenvolvimento, variam no espaço e no tempo” (CABRAL, 1978: 247). Nesse sentido, Cabral considera que “nenhuma cultura é um todo perfeito e acabado” (CABRAL; 1978: 229), tendo em vista que, ao contrário, é a expressão de “sínteses dinâmicas” das relações sociais, apresentando, a par do seu potencial de progresso, aspetos negativos que devem ser identificados, a fim de serem superados.

Tal como sucede com a flor numa planta, é na cultura que reside, segundo Cabral, a capacidade (ou a responsabilidade) da elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, garantindo, simultaneamente, as perspetivas da evolução e do progresso da sociedade em questão (CABRAL, 1978).

Amílcar Cabral recorre, com efeito, à metáfora de uma flor para demonstrar a incontestável ligação entre a cultura e sua base material e histórica, demonstrando que, tal como uma planta tem suas raízes ligadas ao húmus da terra, a cultura é essencialmente a expressão da natureza orgânica de determinada sociedade e da sua materialidade histórica. Diz ele:

“A cultura (...) é assim um elemento essencial da história de um povo. É talvez, a resultante dessa história, como uma flor é a resultante de uma planta. (...) Mergulha as suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos. Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (econômicos,

---

<sup>2</sup> MALTEZ, José Adelino (2011) “Abecedário Simbiótico”. Editora Campo da Comunicação, www.wook.pt., 792 pgs, 1ª edição

<sup>3</sup> HOUTART, F.; LEMERCINIER, G. La culture dans une perspective marxiste: réflexions au dé-part de la pensée d’Amílcar Cabral. In: Partido Africano da Independência de Cabo Verde (org.). **Pour Cabral: Symposium International Amílcar Cabral**, Praia, Cap-Vert, 17-20 jan. 1983. Paris: Présence Africaine, 1987.

políticos, sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas elaboradas e fixadas pela consciência social para solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso (CABRAL, 1978: 224<sup>4</sup>).

Perseguida e humilhada pelo poder colonial, a cultura cabo-verdiana encontra, na Independência e na Liberdade, as vias da sua evolução ascendente, como fator e indutor de progresso e desenvolvimento humano.

### **3. Conceito de desenvolvimento local. Relação com a cultura**

Como refere Maltez (2011), “a Cultura, como existência simbólica de cada povo é (...) o cimento próprio com que cada comunidade se vê e se insere no próprio território”.<sup>5</sup> O investigador chileno do desenvolvimento territorial, Sérgio Boisier (2004) aborda o desenvolvimento local como desenvolvimento endógeno, encarando-o como o resultado de um intenso processo de articulação dos atores locais, a partir de um projeto político coletivo.

Ora, entendendo os atores locais no mais amplo sentido de *sujeitos da cidadania local*, ou seja, como cidadãos ativos, o desenvolvimento local é obra de todos e só o é verdadeiramente numa perspetiva integrada e integral, traduzindo-se num processo dinâmico, interativo e inclusivo de realização do bem comum, fundado na identidade, logo na cultura.

Daí que o desenvolvimento, em particular o desenvolvimento local, seja, na sua essência, um ato de cultura, quer na sua dimensão instituída ou política, quer em termos de processo (entenda-se, o modo de atuação dos diversos agentes com vista ao desenvolvimento), quer ainda em termos de resultado (se há desenvolvimento, há cultura, que se apresenta como o cimento, o conteúdo e a expressão identitária do desenvolvimento).

A correlação entre o desenvolvimento global (nacional) e o desenvolvimento local (municipal) tem sido objeto de diversas discussões por parte de políticos e politólogos, economistas, sociólogos, antropólogos e outros, com posições convergentes e divergentes.

---

<sup>4</sup> CABRAL, A. A estrutura social. In: **A arma da teoria: unidade e luta**. Lisboa: Seara Nova, 1978, v. I.

<sup>5</sup> Freitas, Anabela (2015). “Cultura, como oportunidade de desenvolvimento local”. In [http://www.cph.ipt.pt/download/AnguloDownload/SM/SM6/5\\_Tomar.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/AnguloDownload/SM/SM6/5_Tomar.pdf)

Não havendo espaço, nesta palestra, para aprofundar tão importante temática, que, tanto quanto pudemos acompanhar, tem sido abordada no IV Fórum Mundial do Desenvolvimento Económico Local, ora em curso no nosso país, importa, no entanto, que enfatizemos o carácter indissolúvel da relação, que pode ser de reciprocidade, de complementaridade ou mesmo de conflito, entre o desenvolvimento global/nacional e o desenvolvimento local/municipal.

Não obstante, tende a ser relativamente pacífico o entendimento de que o desenvolvimento, que implica o crescimento económico, mas não se resume neste; é um processo de transformação que se realiza de forma sistémica, integrada e integral; é de natureza endógena, sem deixar de integrar elementos ou fatores exógenos; é necessariamente inclusivo e humanista; envolve os contextos macro e micro (nacional e local), de forma interativa e complementar; deve possuir uma forte marca telúrica local, de tal sorte que que é impensável o desenvolvimento nacional/global sem o desenvolvimento local.

Daí que, tal como refere Hall (2005, p. 77)<sup>6</sup>:

“Há juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo local (...). Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local”.

É assim que, nos tempos atuais, se assiste ao denominado processo de *glocalização*, no âmbito do qual tanto existe a possibilidade de articular os dois níveis (global e local), aparentemente sem crises, em que o local se atrela ou se liga ao global, como, ao invés, o exacerbamento do local com algum afrouxamento do sentido global ou mesmo nacional, Hall (2005; Varela, 2015<sup>7</sup>).

### **3. A pluralidade cultural no desenvolvimento local**

Os agentes do desenvolvimento local são, genericamente, todos os cidadãos locais, quer formalmente organizados em instituições, empresas e outras pessoas coletivas, quer atuando em organizações informais, de modo individual e espontâneo. Tais agentes podem ser de natureza diversa (económica, educativa, sanitária, religiosa, cultural, etc.), tendo em

---

<sup>6</sup> HALL, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A

<sup>7</sup> VARELA, B. (2015). O global e o local nos processos de prescrição e realização do currículo e na promoção do *conhecimento universal*. O caso da Universidade de Cabo Verde. Braga: Universidade do Minho.

comum o desiderato da prossecução do bem comum local, segundo modos próprios de pensar, agir e diferir, ou seja, mediante modos peculiares de traduzir cultura no desenvolvimento e de moldar culturalmente o desenvolvimento.

Se todos os cidadãos, agentes de desenvolvimento local *lato sensu*, são sujeitos da cultura, contribuindo para impregnar o desenvolvimento de uma identidade e especificidade culturais próprias, nas políticas de desenvolvimento local e de proximidade não só se torna imperioso traduzir a cultura como se deve reservar um lugar especial aos “agentes culturais” *stricto sensu*.

Assim, nas diversas formas de expressão da cultura (desde as variedades músicas e de dança ao teatro, incluindo a tabanca, o batuque, o colá e carnaval; da poesia à literatura em geral; da pintura ao artesanato, à escultura e à arquitetura; da culinária ao folclore local; da religião à cultura desportiva...), os agentes culturais têm missões e funções próprias, apresentando-se como os principais fatores da cultura, pelo que devem ser criadas condições que viabilizem a sua participação ativa tanto na definição como na realização da política cultural, bem como a fruição dos benefícios da produção cultural.

Certeau (2012, p.194) analisa a cultura como um “conjunto de comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem uma sociedade e a diferenciam de outras”. Esta perspetiva tem interesse, pois realça a necessidade de compreensão da cultura na sua pluralidade, ou seja, como traduzindo vozes e modos diferenciados de ser, pensar e agir de diferentes grupos. Isto equivale a dizer que, nas comunidades humanas, encontram-se, em regra, várias culturas que coexistem, interagem ou até conflituam entre si, o que afasta, desde logo, a ideia hegemónica de uma só cultura, como tal unicamente válida, marginalizando-se ou mesmo perseguindo-se as demais culturas, relegadas à condição de subculturas ou culturas incivilizadas.

Como referi atrás, é, no entanto, possível e legítimo falar-se em *Cultura Nacional*, como uma pluralidade ou uma comunhão de culturas que dialogam, interagem e permutam seus modos peculiares de expressão e manifestação, valorando-se, nesta perspetiva, a diversidade de culturas como fator de enriquecimento comum.

Por ser um conceito que se amplia ao longo da história, a Cultura não possui uma definição rígida, fechada, integrando todas as formas de pensar e agir que diferenciam uma sociedade da outra (desde as micro às macrosociedades). Dito de outro modo, na sua

pluralidade, a cultura expressa uma identidade, impondo-se, entretanto, uma abordagem democrática e inclusiva dos diferentes modos de expressão da cultura, de forma a contemplar tudo o que, de diferente, idêntico ou complementar, define uma sociedade e a distingue das demais em determinado contexto temporal e espacial.



Assim, e fazendo uso de uma expressão *habermasiana*, a *racionalidade comunicativa* (que se baseia no diálogo e na *horizontalização* das relações entre diferentes culturas e respetivos atores), por ser democrática e potenciar o desenvolvimento na sua pluralidade, deve prevalecer sobre a *racionalidade instrumental*, de natureza integracionista, tendencialmente hegemónica e potenciadora de relações de verticais, hierárquicas e de conflito entre a cultura dominante e as culturas ditas subalternas (conceito que rejeitamos, pois as culturas podem ser diferentes mas nenhuma delas superior ou inferior a outra).

#### **4. A política cultural em contexto de pluralidade**

Entendida a política cultural como “um conjunto de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos, segundo princípios ou critérios explícitos” (CERTEAU 2012, p.195), orientados para a realização ou a fruição do progresso ou bem comum, não existe política cultural sem a consideração e a tradução da diversidade de situações socioculturais que se expressam numa comunidade e buscam influenciar modos de pensar e atuar e, em última instância, o ideário coletivo e o bem comum. Uma política cultural procura, assim, dar voz, visibilidade e espaços de participação de sujeitos, grupos, instituições ou entidades culturais na construção plural do desenvolvimento.

Dito de outro modo, a política cultural apresenta-se como um conjunto de iniciativas, implementadas por diferentes agentes, focados nas transformações estruturais dos sistemas de relações para a promoção de um desenvolvimento cultural capaz de atender às expectativas de uma sociedade plural mas una. Como é evidente, o termo “desenvolvimento” é aqui empregado no sentido da promoção de transformações “estruturais” contínuas, capazes de atenderem as expectativas e demandas de uma sociedade (CERTEAU, 2012)<sup>8</sup>.

A política cultural deve traduzir a visão e a estratégia de desenvolvimento local, do mesmo passo que deve ser concebida de modo a impregnar o processo de desenvolvimento da marca telúrica e identitária que é inerente à cultura

---

<sup>8</sup> CERTEAU, M. (2012) **A Cultura no Plural**. 7ª edição. Tradução: Enid Abreu Dobranszky. São Paulo: Editora Papirus, 2012.

Sob pena de ficarem fadados ao fracasso, não pode haver modelos nacionais e locais de desenvolvimento à margem da cultura, quaisquer que sejam as áreas de atividade (urbanização, infraestruturação, habitação, educação, saúde, turismo, hotelaria, agronegócios, etc.) ou os segmentos da sociedade abrangidos pelas políticas.

Quando prevalece este paradigma, a relação desenvolvimento/cultura traduz-se num casamento indissolúvel. Felizmente, o Poder Local é concebido, em Cabo Verde, de modo a incorporar as valências culturais e o envolvimento das comunidades no processo de desenvolvimento. As competências legalmente atribuídas aos municípios cabo-verdianos são elucidativas a este respeito, do mesmo modo que são vários os exemplos que espelham a aposta na cultura como parte integrante do compromisso das autarquias com o desenvolvimento integral dos respetivos concelhos.

Impõe-se, no entanto, que, na senda dos discursos políticos e de opções consagradas no Programa do Governo desta Legislatura, sejam atribuídos aos órgãos municipais não apenas mais poderes funcionais mas, sobretudo, meios e recursos adequados ao prosseguimento da sua missão de conceber, promover e implementar políticas de desenvolvimento em prol do bem-estar das comunidades locais.

Nessa perspetiva, a consideração da Cultura no campo das chamadas indústrias criativas pode constituir uma oportunidade, quer para a valorização dos bens culturais produzidos por uma diversidade de agentes, na perspetiva do progresso, quer para a integração da dimensão cultural nas políticas municipais de desenvolvimento nos diversos setores de atividade.

Concluindo, o desenvolvimento local, como ato de cultura, é indissociável da promoção da cultura na pluralidade das suas formas de criação, expressão ou manifestação; o desenvolvimento local é referenciado pela cultura e deve impregnar-se da cultura, apresentando-se como um processo de transformação das condições de vida dos indivíduos e comunidades locais de acordo com a idiossincrasia local.

Nesta perspetiva, a política cultural, em contexto municipal, deve servir de referência ao processo de desenvolvimento e traduzir-se num esforço contínuo de promoção e ampliação do protagonismo dos agentes culturais, num quadro em que a diversidade e a pluralidade podem e devem ser respeitadas na definição e realização participadas de uma agenda local

aglutinadora das sinergias e propulsora de um progresso endógeno e inclusivo, marca, por excelência, do desenvolvimento local.

## **5. Em jeito de homenagem**

Antes de terminar, permitam-me um brevíssimo ato de homenagem. É, HOJE, dia da Cultura e da Comunidades, momento adequado para evocar, saudar e prestar homenagem aos agentes culturais de São Domingos, nomeadamente:

- Ao Ano Nobo, o mais ilustre homem de cultura deste concelho, poeta-compositor, maestro e músico, mas também autor e promotor do teatro e de outras manifestações culturais. Ele que foi professor primeiro pro bono de muitos de nós, na década de sessenta.

- A Ntoni Denti D'Oro, o Rei do Batuco, cuja arte e peculiar charme passeou em palcos das ilhas e além-fronteiras e que, embora limitado ao leito, por razões de saúde, continua, com seus vídeos no Youtube, a encantar amantes da cultura cabo-verdiana pelo mundo fora! Ele que também chegou a ser o principal animador da tabanca em São Domingos;

- Ao Codé di Dona e ao Rico Preta, exímios intérpretes do funaná e fabulosos tocadores de gaita, o primeiro mais mediatizado, com vídeos musicais que continuam a encantar os apreciadores da sua obra, dentro e fora das fronteiras nacionais;

- Aos amigos Manuel de Candinho, Nonó di Titi, Pascoal de Bebé, Quim di Nanda e a muitos outros cultores da música, cuja menção individualizada consumiria demasiado tempo, pela excelência do seu contributo em prol da afirmação da música e da cultura de São Domingos;

- Aos fundadores do teatro em São Domingos, de entre os quais Ano Nobo, Ntoni Denti D'Oro, Maria Alice (hoje radicada em Portugal, mas sempre com S. Domingos na boca e no coração) e Rico Preta (que se notabilizou também comediante espetacular), sob os auspícios do saudoso Padre Figueira, Pároco local. Faço aqui um parêntesis para lembrar que o teatro chegou a conhecer momentos áureos, gerando recursos financeiros que permitiram avançar com a construção do Salão Paroquial de São Domingos!

- Aos criadores culturais na área do artesanato, aos agentes culturais na área da gastronomia e da pastelaria, enfim, às mulheres e aos homens de cultura, em geral, de S. Domingos.

Por fim, permitam-me registar o meu público reconhecimento ao Município de São Domingos por três factos que, parecendo ser singelos, são ilustrativos da sua disponibilidade para colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento local:

- Pelo facto de ter representado a música, elemento por excelência, da cultura sandominguense no Braço Municipal (símbolo do Município);

- Por ter atribuído o nome de Ntoni Denti D'Oro à principal rua/avenida da cidade de Váreza da Igreja;

-Pela homenagem pública feita recentemente ao Pascoal, num gesto que simbolicamente bem pode considerar-se extensivo aos demais cultores da música em S. Domingos.

Muito Obrigado!